

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ENCRUZILHADA: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

DISTANCE EDUCATION AT THE CROSSROADS: PROBLEM OR SOLUTION?

LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN LA ENCRUCIJADA: ¿PROBLEMA O SOLUCIÓN?

Helenice Ramires Jamur

Doutora, Uninter

<https://orcid.org/0000-0002-8978-4811>

E-mail: helenice.j@uninter.com

Jeferson Ferro

Doutor, Uninter

<https://orcid.org/0000-0002-4090-2151>

E-mail: jeferson.f@uninter.com

RESUMO

Em razão da recente polêmica a respeito da expansão da educação a distância no ensino superior brasileiro, que culminou com a suspensão temporária pelo MEC da abertura de novos cursos na modalidade, este ensaio propõe uma reflexão sobre a eficácia da EaD a partir da revisão de estudos realizados na Espanha e nos EUA. Destacamos as principais conclusões produzidas por pesquisadores a respeito da educação a distância e buscamos situar o debate dentro do contexto da evolução do ensino superior no Brasil nas últimas décadas. Diante dos desafios de se oferecer acesso ao ensino superior em nosso país, que se transformam diariamente em função do rápido avanço da digitalização das relações sociais, concluímos que a resistência em relação à oferta de cursos na modalidade EaD vai na contramão das análises científicas, além de representar potencial ameaça à democratização da educação no país.

Palavras-chave: Educação a Distância. Qualidade. Ensino Superior.

ABSTRACT

Given the recent controversy over the expansion of distance education in Brazilian higher education, which culminated in the MEC temporarily suspending the opening of new distance education courses, this essay proposes a reflection on the effectiveness of distance education based on a review of studies carried out in Spain and the USA. We highlight the main conclusions produced by researchers on distance education and seek to situate the debate within the context of the evolution of higher education in Brazil in recent decades. Faced with the challenges of providing access to higher education in our country, which are changing on a daily basis due to the rapid advance of the digitalization of social relations, we conclude that the resistance to offering distance learning courses goes against the grain of scientific analysis, at the same time it represents a potential threat to the democratization of education in the country.

Keywords: Distance education. Quality. Higher Education.

RESUMEN

Ante la reciente polémica sobre la expansión de la educación a distancia en la enseñanza superior brasileña, que culminó con la suspensión temporal por parte del MEC de la apertura de nuevos cursos a distancia, este ensayo propone una reflexión sobre la eficacia de la educación a distancia a partir de una revisión de estudios realizados en España y EE.UU.. Destacamos las principales conclusiones producidas por los investigadores sobre la educación a distancia y buscamos situar el debate en el contexto de la evolución de la educación superior en Brasil en las últimas décadas. Frente a los desafíos de la oferta de acceso a la educación superior en nuestro país, que cambian día a día debido al rápido avance de la digitalización de las relaciones sociales, concluimos que la resistencia a ofrecer cursos a distancia va a contracorriente del análisis científico, además de representar una amenaza potencial para la democratización de la educación en el país.

Palabras clave: Educación a distancia. Calidad. Enseñanza superior.

INTRODUÇÃO

Não existe estado democrático de direito, nação desenvolvida e com justiça social sem educação de qualidade para seu povo. Por isso mesmo, no Brasil democrático, grandes educadores se tornaram líderes políticos e lutaram pelo avanço das políticas educacionais, entre eles Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Cristóvão Buarque. Também no setor privado, há líderes que se destacaram por seu empenho na promoção e democratização do ensino superior. No entanto, década após década, nos encontramos reiteradamente no final da fila das nações educadoras, com o “dever de casa atrasado”.

Quando parece que conseguimos avançar significativamente, não raro surgem novos obstáculos, ou mesmo velhas resistências que ameaçam nos levar de volta ao passado. Este parece ser o caso da mais recente onda de ataques à modalidade da educação a distância no Brasil, eivada de saudosismo e desconhecimento técnico, que culminou na edição da Portaria nº 2.041/2023, determinando o sobrestamento de processos de autorização de cursos superiores e de credenciamento de instituições de educação superior na modalidade a distância.

O período da redemocratização do país, nas décadas de 1990 e 2000, foi capaz de realizar um grande feito: com a ajuda dos programas sociais, finalmente colocamos todas as crianças na escola. Em 1994, o Brasil finalmente superou a marca de 95% de escolarização das crianças no ensino fundamental, e desde então vem lutando para expandir as matrículas no ensino infantil e nas creches, onde o índice ainda está abaixo de 50% (Inep,

2024). Mas, nos últimos anos, marcados por crise econômica e pandemia, a educação parou de avançar e viu crescer o número de crianças fora da escola – em 2020, 5 milhões de crianças em idade escolar estavam sem acesso à educação (Unicef, 2021); e em 2023, o índice de escolarização do ensino fundamental caiu abaixo dos 95 pela primeira vez em muitos anos (Inep, 2024). A falta de infraestrutura nas escolas públicas e o apagão de professores na educação básica, entre outras tantas dificuldades graves, foram especialmente sentidas durante a pandemia.

Nossos problemas, no entanto, são anteriores à pandemia. Testes internacionais de desempenho escolar, como o PISA, colocam as crianças brasileiras sistematicamente abaixo da média mundial – nota do Brasil: 413; média da OCDE: 487 (PISA, 2018). No ensino superior, estamos também no final da fila. Segundo a OCDE (OECD, *Education at a glance*, 2023), o Brasil apresenta a menor proporção de adultos com diploma de ensino superior na América Latina: 23%.

É consenso no país que nossos baixos índices educacionais, em todos os níveis, estão na base de outros gargalos que há tantos anos limitam nosso desenvolvimento, seja no crescimento da economia, seja na redução da desigualdade e da violência. Segundo o último Censo Escolar da Educação Básica (Inep, 2024), 20% dos docentes que atuam na educação infantil ainda não têm formação em nível superior. No ensino fundamental, aproximadamente 30% dos docentes não têm formação na disciplina que ministram – no caso de língua estrangeira, este número passa de 60%. Nas regiões mais isoladas, especialmente no norte e nordeste, menos de 40% dos professores que estão em sala de aula têm formação superior adequada. Para que possamos formar cidadãos autônomos, preparados para o mundo em constante evolução, precisamos atacar com urgência o problema da falta de professores qualificados, que atinge especialmente as crianças das famílias mais vulneráveis.

Um dos grandes saltos qualitativos na história da educação no Brasil foi justamente a expansão do ensino superior, que aconteceu no início deste século, puxada pelo dinamismo do setor privado em parceria com o fomento do Estado. Somente na primeira década, mais do que dobramos o percentual de jovens entre 18-24 anos matriculados no Ensino Superior: passamos de 9,1%, em 2000, para 18,7%, em 2010 (Vieira, 2017). Estes

números ainda são muito baixos quando comparados às nações desenvolvidas, que apresentam médias acima de 50% da população com formação superior.

A educação a distância, em especial, foi responsável por dar a oportunidade de cursar o ensino superior a milhões de brasileiros que, de outra forma, jamais o fariam. Muito por conta dos investimentos em tecnologia educacional realizados pelo setor privado, adultos de todo o país conquistaram o primeiro diploma universitário na história de suas famílias. Na última década, o número de matrículas na modalidade a distância cresceu 470%, enquanto no ensino presencial caiu 24% (Inep, 2023). Seria esse movimento um mero reflexo de questões econômicas, ou, antes, um indicativo de que o perfil do estudante está mudando, em sintonia com os avanços da sociedade na era da informação?

A EAD SOB INVESTIGAÇÃO

Nos últimos 20 anos, a principal base de dados que registra as pesquisas da área da Educação, ERIC, somou 19.004 publicações com o termo “Distance Education”, das quais 11.659 (61%) foram publicadas nos últimos 10 anos, e, destas, 8.414 (44%) nos últimos 5 anos. O termo “Distance Learning” apresenta quantidade semelhante de resultados na mesma plataforma, totalizando 19.546 menções, sendo 847 apenas em 2023.

O interesse pela temática “educação a distância” claramente cresceu após a pandemia do COVID19, como demonstra o volume de produção de estudos e evidências científicas que discutem e analisam esta modalidade de ensino. No entanto, não é de hoje que pesquisadores ao redor do mundo têm interesse no assunto, que vem sendo investigado desde a década de 1960. A análise sistemática promovida por Garcia Aretio (2010), que realizou um mapeamento destes estudos, apresenta fortes evidências sobre os benefícios e potenciais do emprego da tecnologia para a educação. O autor destaca que os principais estudos sobre educação a distância buscaram responder a uma questão que, acreditamos, não é muito diferente da que se coloca na atualidade: **seria a EAD realmente uma modalidade confiável?** Após analisar centenas de estudos, o autor conclui:

A esta altura do desenvolvimento de propostas educativas não presenciais, ninguém, de maneira fundamentada, pode colocar em dúvida sua eficácia e eficiência, quando estas se

realizam com a qualidade que deve se exigir e contemplando os parâmetros pedagógicos próprios da modalidade a distância. (Aretio, 2010, p. 241, tradução nossa)¹.

Seguindo esse raciocínio, o autor identifica que a qualidade da metodologia empregada importa mais do que o elemento tecnológico em si, seja a educação digital ou analógica. Reconhecendo a velocidade com que a modalidade a distância cresceu no mundo todo, a análise do *corpus* científico aponta claramente para uma defesa da modalidade contra-ataques infundados a sua eficácia:

A nossa convicção de que a educação a distância desenhada com rigor e aplicada profissionalmente obtém resultados, pelo menos semelhantes aos da educação em formatos presenciais, não está embasada apenas por avaliações baseadas em anos de experiência na área, mas pela abordagem de numerosos trabalhos que confirmam o que pensamos. (Aretio, 2010, p. 242, tradução nossa)².

Os trabalhos analisados pelo autor, a partir de revisões, análises e meta-análises, totalizaram cerca de 1.000 estudos que comparam resultados obtidos pelos estudantes, nos formatos presencial e a distância. Em linhas gerais, não se identificou diferença de qualidade no aprendizado entre as duas modalidades, podendo até se considerar uma leve tendência favorável à EaD (Aretio, 2014, p. 243). A conclusão a que se chega, ao revisar todos esses trabalhos, pode ser resumida desta forma: o desempenho de um curso na modalidade a distância depende do seu desenho pedagógico, da ação formativa e dos recursos selecionados para a aprendizagem de forma que, quando apropriados, produzirão resultados tão bons quanto os de qualquer outra modalidade de ensino.

Um dos questionamentos frequentes em torno da EaD, o da falta de interação, também é refutado por Aretio em sua análise sistemática. Considerando as diferentes conceituações para o termo ‘interação’, que é bastante abrangente e discutido no campo da comunicação, o autor identifica uma condição vantajosa para a educação digital:

¹ No original: “A estas alturas del desarrollo de propuestas educativas no presenciales, nadie, de manera fundamentada, puede poner en duda la eficacia y eficiencia de las mismas, cuando éstas sellevan a cabo con la calidad que debe exigirse y contemplan los parámetros pedagógicos pro-prios de la modalidad a distancia.”

² No original: “Nuestro convencimiento de que una educación a distancia diseñada con rigor y aplicada con profesionalidad obtiene resultados, al menos similares a los de la educación en formatos presenciales, no lo sustentamos sólo en apreciaciones basadas en los años de experiencia en este campo, sino en la aproximación a numerosos trabajos que confirman lo que pensamos.”

Além disso, essas possibilidades de interação assimétrica, vertical (professor-aluno) e simétrica, horizontal ou ponto a ponto (aluno-aluno) têm a peculiaridade desses sistemas de poderem ser medidas, registradas, controladas e moduladas com base na análise. Pelo contrário, as interações em uma sala de aula presencial são mais difíceis de registrar. E não há dúvida de que nos sistemas educativos, os registros de incidentes são necessários para uma avaliação formativa. (Aretio, 2010, p. 247, tradução nossa)³.

Estudo anterior ao de Aretio, conduzido por iniciativa do Departamento de Educação dos EUA, alcançou resultados bastante semelhantes. Foi realizada uma revisão sistemática de literatura publicada entre 1996 e 2008, englobando mais de 1.000 estudos empíricos, focando no aproveitamento dos estudantes e nas diferenças de resultado entre as modalidades presencial e à distância. O estudo incluiu trabalhos que analisaram o desempenho dos estudantes do ensino fundamental ao superior. Apesar de terem sido identificadas algumas diferenças importantes no desempenho dos estudantes de acordo com sua faixa etária, entre as principais conclusões do estudo se destacam:

Estudantes que fizeram todo o curso, ou parte dele, na modalidade on-line tiveram resultados levemente superiores, na média, aos dos estudantes que tiveram acesso ao mesmo conteúdo de estudo no tradicional formato presencial. (...) O ensino que combinou elementos on-line com instrução presencial apresentou maior vantagem em relação ao modelo presencial do que o modelo puramente on-line. (...) A eficácia das abordagens de aprendizagem on-line aparece de forma bastante ampla e abrange diferentes conteúdos e perfis de estudantes. (U.S. Department of Education, 2009, p. XIV-XV – tradução nossa)⁴.

Este estudo resultou em uma meta-análise que produziu respostas robustas no sentido de demonstrar a contribuição do uso de recursos digitais para os processos de ensino em diferentes níveis. Em um sentido mais amplo, trata-se aqui de compreender como as tecnologias da comunicação, que vêm produzindo profundas e aceleradas mudanças nas sociedades, desde a década de 1990, podem influenciar positivamente a educação. Certamente, a Pedagogia dos Multiletramentos, lançada em 1996 pelo New

³ No original: “Además, esas posibilidades de interacción asimétrica, vertical (profesor-estudiante) y simétrica, horizontal o entre pares (estudiante-estudiante) tienen la peculiaridad en estos sistemas de que pueden medirse, registrarse, pueden controlarse, pueden modularse tomando como base su análisis. Por el contrario, las interacciones en un aula presencial tienen más dificultades para ser registradas. Y no cabe duda que en los sistemas educativos los registros de incidencias son necesarios para una evaluación de carácter formativo.”

⁴ No original: “Students who took all or part of their class online performed better, on average, than those taking the same course through traditional face-to-face instruction. (...) Instruction combining online and face-to-face elements had a larger advantage relative to purely face-to-face instruction than did purely online instruction. (...) The effectiveness of online learning approaches appears quite broad across different content and learner types.”

London Group (Cazden, 2021), é um marco neste movimento: a educação não pode mais ser feita a partir de pressupostos da sociedade analógica, com uma concepção de linguagem normativa e restrita ao uso da escrita sobre o papel; é preciso pensar em uma educação “multi”, que abra espaço para o exercício das diferenças e para o uso de diferentes ferramentas da comunicação moderna. É interessante notar que a Pedagogia dos Multiletramentos, inquestionavelmente ligada ao universo do digital, tem sido uma referência importante na elaboração das normativas do MEC para o ensino em nosso país, como a BNCC.

Em outro estudo de Aretio, coproduzido com Ruiz Corbella (2010), os autores analisam a questão da eficácia da EaD. O estudo de revisão de literatura buscou avaliar se havia diferença nos resultados produzidos entre as modalidades presencial e a distância. Os autores citam o trabalho de Russell (2001), considerado o mais abrangente estudo de revisão sistemática sobre análises comparativas entre as modalidades. Após avaliar 355 estudos, resumos, teses e outros documentos, em um recorte dentre 1928 e 1998, os autores afirmam:

Russell conclui que os resultados obtidos pelos estudantes a distância não são melhores nem piores que os obtidos por seus colegas que seguiram processos comuns de ensino-aprendizagem. Em consequência, parece que a **modalidade educativa não tem efeitos estatísticos significativos em relação aos resultados obtidos pelos estudantes**. (Aretio & Corbella, 2010, p. 147, grifo e tradução nossos)⁵.

Trabalhos desenvolvidos posteriormente à obra de Russell foram compilados em um banco de dados intitulado “No significant difference⁶”. Em um recorte deste conjunto, Aretia e Corbella encontraram os seguintes resultados: de um total de 68 estudos, 40 não apresentaram diferenças significativas entre as modalidades, 24 identificaram melhores

⁵ No original: “Russell concluye que los resultados obtenidos por los estudiantes a distancia no son ni peores ni mejores que los obtenidos por sus colegas que siguieron procesos ordinarios de enseñanza-aprendizaje. En consecuencia, parece ser que la modalidad educativa no tiene efectos estadísticos significativos respecto a los resultados obtenidos por los estudiantes.”

⁶ O banco de dados “No Significant Difference” foi estabelecido pela primeira vez como complemento do livro de Thomas L. Russel, “The No Significant Difference Phenomenon” (2001, IDECC, quinta edição), uma bibliografia de pesquisa abrangente e totalmente indexada de 355 relatórios de pesquisa, resumos e artigos que documentam que não há diferenças significativas nos resultados dos alunos entre modos alternativos de oferta educacional. <https://www.nosignificantdifference.org/>.

resultados para métodos de ensino apoiados pela tecnologia, e 4 apresentam resultados favoráveis para sala de aula presencial. Aponta-se, portanto, para uma tendência favorável à EAD, embora sem diferenças significativas óbvias.

Os autores entendem que o uso de tecnologias digitais sem adaptações metodológicas não é capaz de produzir resultados positivos na aprendizagem. Ou seja, para que o uso da tecnologia como mediadora da aprendizagem resulte em situações pedagogicamente valiosas para os estudantes, é preciso que novos desenhos metodológicos, adaptados a estas ferramentas, sejam desenvolvidos. Em especial, deve-se dar atenção às metodologias que colocam o estudante no centro do processo e, com isso, promovem sua autonomia e engajamento.

Ao longo dos últimos anos, com o avanço das tecnologias digitais, uma profusão de novos recursos de comunicação e interação vem sendo inseridos nas sociedades e, por consequência, na educação, em todos os níveis de ensino. O evento pandêmico pelo qual passamos, em 2020-2021, levou todos os que trabalham com educação a um mergulho forçado neste universo. Esse cenário resultou também em um maior interesse dos pesquisadores sobre o assunto.

Ao realizar uma busca ativa na plataforma ERIC com o termo “Distance Education”, filtrando o descritor “Higher Education”, no mês de janeiro de 2024, pudemos verificar 101 pesquisas publicadas apenas no ano de 2023. Deste número, 77 são publicações em revistas científicas, nas quais não localizamos qualquer evidência sugerindo a descontinuidade da modalidade. Dessas publicações, 44 fazem alguma alusão à pandemia de COVID19, observando tendências oriundas desse período, além de aprendizados e elementos de transformação digital que se consolidaram após a pandemia, mas em nenhum momento oferecem evidências no sentido de questionar a validade da educação on-line.

As publicações mais recentes têm se voltado a investigar questões como diferentes metodologias com uso de novos recursos digitais, o uso de Inteligência Artificial no processo educativo, as novas opções que se abrem no cenário pós-pandemia para o ensino presencial apoiado pelas tecnologias, o engajamento de estudantes no ensino superior, o ensino híbrido e as percepções dos estudantes etc. Um desses estudos é o trabalho de Polovko & Glotov (2023), publicado na London Review of Education, abordando a adoção

da educação a distância na Ucrânia após a invasão Russa, o que aponta para um entendimento da EAD como uma solução para momentos de crise.

Especificamente sobre a área de saúde, convém citar o estudo de Forbes *et al.* (2023), que analisou as experiências de aprendizagem on-line de estudantes universitários de graduação e pós-graduação da Nova Zelândia quanto à abordagem nos cursos da área de saúde, medicina e ciências biológicas. Os pesquisadores queriam saber se as simulações ou práticas virtuais on-line teriam resultado diferente daquelas realizadas no campus. Em suas conclusões, afirmam que não há fundamentos para se limitar o uso de recursos online a estudos de caráter teórico ou meramente informativo, pois as evidências mostram que “a aprendizagem prática pode ocorrer e ocorre em contextos online e offline, incluindo em casa e na vizinhança” (Forbes *et al.*, 2023, p. 376)⁷.

EAD: MOCINHA OU VILÃ? UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO

Atualmente, milhões de pessoas estudam à distância no ensino superior em todo o mundo. Em consequência dos avanços da tecnologia digital, podemos, hoje, fazer cursos de graduação, mestrado e até mesmo doutorado em tradicionais instituições da Europa e América do Norte, sem precisar sair de casa. Apesar de estar amplamente consolidada, no Brasil a EaD ainda é periodicamente colocada sob escrutínio, sendo muitas vezes submetida a um olhar depreciativo.

Os motivos para a crítica são os mais variados, e vão desde a suposta falta de interatividade, a massificação ou mercantilização da educação, à superficialidade dos conteúdos e a dificuldade de se realizar atividades práticas. Percebe-se nesse conjunto de críticas que a mentalidade do mundo analógico prevalece: educação boa seria apenas aquela feita com todos os alunos dentro de uma sala de aulas, tutelados por um professor sabe-tudo – um modelo antiquado e essencialmente elitista porque é feito para a pequena parcela da população capaz de se adequar a ele. Ainda ouvimos os ecos de décadas passadas, como lembram Aretio e Corbella:

⁷ No original: “*that practical learning can and does occur across online and offline contexts, including homes and neighborhoods.*”

As crenças e as teorias implícitas seguem prevalecendo, quando as investigações mostram que não existe uma modalidade de ensino superior à outra, pelo menos no ensino superior. Quando o que devemos ter em conta na hora de escolher uma ou outra modalidade é definir claramente a quem se destina, quais objetivos queremos alcançar, que recursos temos, etc. Portanto, o desempenho não depende da modalidade ou dos recursos empregados no desenvolvimento de uma ação formativa ou curso. (Aretio & Corbella, 2010, p. 151, tradução nossa)⁸.

E, aqui, vale perguntar: considerando a realidade cada vez mais digital e conectada do mundo em que vivemos, imersos na cibercultura, ainda é possível pensar a educação a partir da dicotomia analógico X digital? E, ainda: é possível educar as novas gerações com propostas do mundo analógico, como parecem insistir alguns dos críticos da EaD?

O próprio MEC parece já ter entendido que não. É o que podemos deduzir do texto da Lei nº 14.533/2023, que instituiu neste ano a Política Nacional de Educação Digital, determinando o seguinte:

Art. 4º (...) XII – educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (...) as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.

Ou seja, não há como se pensar em educação na atualidade sem colocar o conceito de letramento digital no centro das atenções. Isso significa, em linhas gerais, oferecer condições físicas de acesso à internet e seus mais variados recursos, bem como ensinar os jovens a navegar neste mundo, com todos os desafios que isso impõe.

Alguns pontos do texto da Lei merecem especial destaque: “criação de conteúdos digitais”, “comunicação e colaboração”, “resolução de problemas”, “recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem”, “espaços coletivos de mútuo

⁸ No original: “Las creencias y las teorías implícitas siguen prevaleciendo, cuando las investigaciones nos muestran que no hay una modalidad de enseñanza superior a otra, al menos en los estudios superiores. Cuando lo que debemos tener en cuenta a la hora de escoger una u otra modalidad es definir claramente a quién va dirigida, qué objetivos se quieren lograr, con qué recursos se cuenta, etc. Por tanto, los rendimientos no dependen de la modalidad o de los recursos empleados en el desarrollo de una determinada acción formativa o curso.”

desenvolvimento”. Para aqueles que trabalham com educação a distância no ensino superior brasileiro, estas expressões soam muito familiares, pois é exatamente isso que se faz nas instituições que, com seriedade, se dedicam a produzir conteúdos, materiais didáticos, sistemas de aprendizagem e plataformas digitais de ensino que seguem esse mesmo conjunto de premissas. Como disse um dos mais renomados teóricos contemporâneos da comunicação, o espanhol Manuel Castells, ainda no contexto da pandemia: “Agora entramos totalmente em uma sociedade digital em que já vivíamos, mas que ainda não havíamos assumido. (...) nosso mundo é e será necessariamente híbrido, feito de realidade carnal e realidade virtual.” (Castells, 2020).

Não se trata de dizer que todas as especialidades técnicas das profissões podem ser reduzidas ao tipo de interação que se faz na tela de um aparelho conectado à internet. É evidente que muito do que se precisa aprender, em diversos campos do conhecimento, requer presencialidade. No entanto, estabelecer regras de como ou em que medida se dará essa presencialidade é uma tarefa que só pode caber aos especialistas de cada área do conhecimento, responsáveis por criar as diretrizes curriculares de seus cursos. São estas pessoas que estarão capacitadas para entender como o ensino pode conjugar de forma mais eficiente recursos das mais variadas naturezas pedagógicas, para assim atender a seus objetivos de formação.

Os desafios que se colocam para superarmos os gargalos na área da educação brasileira são absolutamente urgentes. Precisamos enfrentá-los com coragem se queremos construir uma sociedade mais justa e formar os profissionais de que o Brasil tanto precisa para crescer. Em um país de dimensões continentais, em plena era da informação e comunicação digital, é inconcebível prescindir das tecnologias digitais na área da educação. É preciso chegar a todos os cantos do país, e com velocidade. Além disso, vivemos em um mundo em que não é mais possível ser “letrado” sem ser “digitalmente letrado”. E a educação a distância é, por definição, o espaço privilegiado do letramento digital, uma vez que a atividade do estudo on-line exige um conjunto de habilidades que está no cerne dos processos de aprendizagem desta modalidade.

As evidências, há muitos anos, apontam de forma bastante favorável para o desenvolvimento da educação a distância. Cada vez mais, nossas relações sociais, profissionais, comerciais e culturais são mediadas pela tecnologia, de forma que seria

bastante anacrônico pretender que se faça educação sem incluir as possibilidades que o universo do digital oferece. A discussão sobre a qualidade da EAD é bem-vinda, desde que se proponha a discutir a qualidade da educação a partir de bases racionais, científicas, norteada pelo conhecimento da nossa realidade e dos problemas que precisamos enfrentar. A EaD já contribuiu muito para o desenvolvimento do Brasil, e certamente poderá ainda contribuir muito mais.

REFERÊNCIAS

BEHAR, Patricia A.; SILVA, Ketia Kellen A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698209940>.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 24 ago. 2023.

BUHL-WIGGERS, Julie; KJÆRGAARD, Annemette; MUNK, Kasper. A scoping review of experimental evidence on face-to-face components of blended learning in higher education. **Studies in Higher Education**, 2023, v. 48, n. 1, p. 151–173. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075079.2022.2123911>.

CASTELLS, Manuel. O digital é o novo normal. **Fronteiras**, 2020. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/o-digital-e-o-novo-normal>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAZDEN, Courtney *et al.* **Uma pedagogia dos multiletramentos**: desenhando futuros sociais. Organização: Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Tradução: Adriana Alves Pinto *et al.* Belo Horizonte: LED, 2021. Disponível em: <https://www.led.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/275/2021/10/Uma-pedagogia-dos-multiletramentos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FORBES, Dianne *et al.* Practical learning in hybrid environments: can remote learning be active, authentic, and real? **Distance Education**, v. 44, n. 2, p. 362-379, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/01587919.2023.2198487>.

GARCÍA ARETIO, Lorenzo. ¿Se sigue dudando de la educación a distancia? **REOP — Revista Española de Orientación y Psicopedagogía**, v. 21, n. 2, p. 240–250, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/reop.vol.21.num.2.2010.11528>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GARCÍA ARETIO, Lorenzo. ¿Podemos fiarnos de la evaluación en los sistemas de educación a distancia y digitales? **RIED. Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, v. 24, n. 2, p. 9-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5944/ried.24.2.30223>.

GARCÍA ARETIO, Lorenzo; CORBELLA, Marta R. La eficacia en la educación a distancia: ¿un problema resuelto? **Teoría de la Educación**, Vol. 22, Nº 1, 2010, págs. 141-162 Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3226788>. Acesso em: 05 dez. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022** – Notas Estatísticas. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2023** – Resumo Técnico. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

POLOVKO, Olena; GLOTOV, Sergei. The educational process of Ukrainian university students following the full-scale Russian invasion. **London Review of Education**, v. 21, n. 1, p. 31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14324/LRE.21.1.31>.

RUSSELL, Thomas L. **The No Significant Difference Phenomenon**: a comparative research annotated bibliography on technology for distance education. Montgomery, AL: IDECC, 2001.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

U.S. Department of Education. **Evaluation of evidence-based practices in online learning**: a meta-analysis and review of online learning studies. Center for Technology in Learning, 2009. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED505824>. Acesso em: 23 nov. 2023.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In: NETO, Aristides Monteiro *et al.* (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9032/1/Evolucao%20do%20ensino.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NOTA SOBRE FINANCIAMENTO

Este trabalho não recebeu financiamento.

NOTA SOBRE A AUTORIA

Ambos os autores tiveram participação igual na elaboração deste ensaio.

Recebido em: 02/09/2024

Parecer em: 25/09/2024

Aprovado em: 05/10/2024